



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

Laudo Prévio nº. 01/2025 – SEG. DO TRABALHO/CSSTQV/DGP/REITORIA/IFC.

**PARECER TÉCNICO PRÉVIO PERICIAL DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAL DO TRABALHO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – REITORIA, CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ, CAMPUS ARAQUARI,
CAMPUS BLUMENAU, CAMPUS BRUSQUE, CAMPUS CAMBORIÚ, CAMPUS FRAIBURGO, CAMPUS IBIRAMA,
CAMPUS LUZERNA, CAMPUS RIO DO SUL, CAMPUS SANTA ROSA DO SUL, SÃO BENTO DO SUL, CAMPUS
VIDEIRA.**

TERMO DE REFERÊNCIA – BLUMENAU– LICITAÇÃO EM ANDAMENTO – Processo nº 23348.001229/2025-01

Nome da solicitante:	CGCONT/REI (11.01.18.20)	Interessado: Contratos e Licitação
CNPJ atividades:	-----	----
Objeto:	Levantamento de Insalubridade / Periculosidade da prestação de serviços terceirizados de serviços de Vigilância.	
Função:	Vigilante CBO nº 5173-30 –	
Setor:	Instituto Federal Catarinense – Reitoria – Processo nº 23348.001229/2025-01	
Solicitação:	DAP – Departamento de Administração / Licitação e Contratos.	

1 – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:

Na avaliação qualitativa foram verificados:

- As instalações físicas e ambiente de trabalho; A organização do trabalho; Forma de trabalho;
- Equipamentos de proteção coletiva a serem utilizados e instalações; Equipamentos de proteção individual a serem usados; Riscos físicos, químicos e biológicos com possíveis exposições – NR 15 e anexos e verificação a exposição de condições perigosas - NR 16 e anexos. Avaliação de riscos de acidentes; Verificações no local de trabalho.

2 – DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO:

Descrição resumida:

- ✓ Exercem suas atividades de vigilância nas edificações pertencentes e de responsabilidade do Instituto Federal Catarinense – na Reitoria e nos Campi: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, Videira, onde constam ambientes como: salas de aulas, edificação administrativa, laboratórios, ginásios de esportes, refeitórios, bibliotecas, áreas de agricultura, pastagem/criação de bovinos, caprinos e outros pertencentes a cada campus.

3 – TIPO OU NATUREZA E FORMA DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO REALIZADO:

1. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

2. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Contratante, bem como as que entender oportunas e adequadas;
4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
5. Fiscalizar, caso solicitado pela Contratante, a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da Contratante, mantendo sempre os portões/cancelas fechados;
6. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
7. Preencher o livro de ocorrências, sempre que houver fato a ser registrado, diariamente;
8. Comunicar à área de segurança da Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Contratante;
9. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
10. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa à executar;
11. Registrar, se solicitado pela Contratante, os horários em que os Servidores e Terceirizados entram e saem da unidade, durante as 24 horas do dia, ou durante a presença do vigilante no posto;
12. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Contratante;
13. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Contratante, no caso de desobediência;
14. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
15. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Contratante verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das atividades, manutenção da tranquilidade e da segurança patrimonial;
16. Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
17. O(s) vigilante(s) deverá(o) se manter(em) na área de abrangência do Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
18. Registrar e controlar, juntamente com a Contratante, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços;
19. A programação dos serviços será feita periodicamente pela Contratante e deverão ser cumpridos, pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos equipamentos, dos Servidores, dos Alunos e das pessoas em geral;
20. Além das rotinas de cada posto de vigilância, todos os vigilantes devem estar atentos aos acontecimentos e fatos identificados a curta ou longa distância em toda a área da Contratante, tomando as providências mais adequadas a cada caso;
21. Após a realização da ronda, com o registro de passagem por TODOS OS BOTONS, o vigilante deve permanecer na



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

área de seu Posto de Vigilância em um ponto estratégico onde tenha o melhor e maior campo de visão para observar o patrimônio do IFC e a movimentação de pessoas e veículos, escolhendo o local mais adequado a cada momento, ou atender solicitações da administração relacionadas aos serviços de vigilância;

22. Na realização da ronda, além de colocação do bastão controlador de ronda em TODOS OS BOTONS, o Vigilante deve verificar danos ou mau uso do patrimônio e abordar, com respeito, as pessoas em atitude suspeita ou irregular, inclusive servidores, terceirizados, alunos e visitantes, fornecendo-as as orientações necessárias ou conduzi-las, de forma cordial, até a saída da unidade;

23. As rondas poderão e deverão ser interrompidas, ou aumentadas a sua duração em caso de atitudes suspeitas ocorridas dentro ou fora do campus, e devidamente justificadas no caderno de ocorrências.

24. Nos horários de entrada e saída de alunos e terceirizados, o procedimento de ronda poderá ser simplificado devido à grande demanda, fluxo e movimentação intensa de pessoas pela portaria e pátio do Campus.

25. Com relação às pessoas conhecidas, em comportamento inadequado nas dependências da Contratante, deve ser feito o registro ocorrência.

26. Os fatos relevantes identificados devem ser REGISTRADOS IMEDIATAMENTE, no formulário Registro de Ocorrência de Ronda ou no formulário de Registro de Ocorrência e entregues ao fiscal do contrato, independentemente de o registro ter sido feito pelo Vigilante do turno anterior ou se tenha sido registrado no Livro de Registros dos Vigilantes;

27. Registrar, em formulário próprio, todos os fatos e observações relevantes à segurança patrimonial do IFC ou relacionados ao comportamento de pessoas e animais, para ser entregue ao Fiscal do Contrato, independentemente de o registro ter sido feito pelo Vigilante do turno anterior ou se tenha sido registrado no Livro de Registros dos Vigilantes;

28. Controlar a ENTREGA e DEVOLUÇÃO das chaves guardadas na Guarita, tendo o controle de acesso e de uso dos referidos ambientes, quando aplicável;

29. Verificar, diariamente, portas e janelas, constatando se estão devidamente fechadas, bem como abrir e fechar as portas do Campus, a critério da Administração, no início e final do expediente.

30. Realizar a abertura e fechamento dos portões de acesso ao Campus, bem como dos prédios da Instituição, à critério da Administração, conforme indicação e horários pré-determinados;

31. Verificar, ao término das atividades da unidade, se há luzes ligadas. Não estando, proceder com o seu desligamento;

32. Impedir a saída de volumes, patrimônio e/ou materiais pertencentes à Contratante, em todo e qualquer acesso das instalações, sem a devida autorização;

33. Quando a unidade dispor de câmeras de vigilância, observar e fazer os ajustes necessários nas imagens com acesso no computador instalado na Guarita, informando aos outros postos de vigilância sobre acontecimentos que exijam a atenção dos Vigilantes;

34. Caso verificar atividade suspeita pelas câmeras de vigilância, adotar os trâmites necessários para verificação desta atividade, anotando no Livro de Registros dos Vigilantes.

35. Quando a unidade dispor de centrais de alarme, estas deverão ser acionadas, conforme orientação da Contratante;

36. Realizar a abertura ou fechamento de salas de aula, corredores ou unidades didáticas fora do horário de expediente normal do IFC, quando solicitados e autorizados pela Administração;

37. Realizar a abertura ou fechamento de salas de aula, corredores ou unidades didáticas durante o horário de expediente normal do IFC, quando solicitados e autorizados pela Administração;

38. Situações correlatas a função de Vigilante e que exijam a atenção ou ação do Vigilante, não mencionadas na rotina acima descrita, serão comunicadas ao Posto de Vigilância pela Empresa de Vigilância ou pela Administração da Contratante;

39. As rotinas de verificação, bem como a periodicidade de rondas, poderão sofrer alterações por fatos relevantes que exijam a atenção ou a interferência do Vigilante. Esses fatos devem ser registrados no formulário de Registro de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

Ocorrência de Ronda que deve ser entregue ao(s) Fiscal(is) do Contrato;

40. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;

41. Não capturar e divulgar, bem como guardar total sigilo acerca das imagens captadas por circuitos internos de vigilância (quando a unidade contratante a tiver).

42. Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;

43. A periodicidade das rondas, que inclui, além da verificação habitual, a colocação dos bastões controladores de ronda em TODOS OS BOTONS deverá ocorrer conforme acordado.

4 – AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS / ENQUADRAMENTO LEGAL

4.1 – RISCO FÍSICO RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE: *Ruído: Não evidenciado.*

4.2 – RISCO FÍSICO RUÍDO DE IMPACTO: *Não evidenciado*

4.3 – RISCO FÍSICO CALOR / ANEXO 3 DA NR 15 DO MTE: – *Não evidenciado;*

4.4 – RADIAÇÃO IONIZANTES / ANEXO 5 DA NR 15 DO MTE: – *Não evidenciado;*

4.5 – RADIAÇÕES NÃO IONIZANTES / ANEXO 7 DA NR 15 DO MTE: *Não evidenciado;*

4.6 – TRABALHO SOB CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS / ANEXO 6 DA NR 15 DO MTE: – *Não Evidenciado;*

4.7 – VIBRAÇÕES / ANEXO 8 DA NR 15 DO MTE: – *Não evidenciado;*

4.8 – FRIO / ANEXO 9 DA NR 15 DO MTE: – *Não evidenciado;*

4.9 – UMIDADE / ANEXO 10 DA NR 15 DO MTE: – *Não evidenciado; Em caso de intempéries deverá ser usado capas de chuva e botinas de PVC*

4.10 – AGENTES QUÍMICOS COM LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO
– *Não evidenciado;*

4.11 – POEIRAS MINERAIS / ANEXO 12 DA NR 15 DO MTE: – *Não evidenciado;*

4.12 – AGENTES BIOLÓGICOS / ANEXO 14 DA NR 15 DO MTE; - *Não evidenciado;*

5 – AGENTES PERICULOSOS / ENQUADRAMENTO LEGAL

5.1 – PERICULOSIDADE POR OPERAÇÕES COM EXPLOSIVOS: *Não evidenciado.*

5.2 – PERICULOSIDADE POR OPERAÇÕES COM INFLAMÁVEIS: *Não evidenciado.*

5.3 – ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM RADIAÇÕES IONIZANTES OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS / (PORTARIA N.º 3.393, DE 17-12-1987): Não Evidenciado

5.4 – ELETRICIDADE: *Não evidenciado.*

5.5 – ROUBOS E SEGURANÇA PESSOAL E PATRIMÔNIO – NR 16: Evidenciado

6 – MEDIDAS PREVENTIVAS / CORRETIVAS – A SEREM ADOTADAS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

Equipamentos de proteção individual necessário: calçado fechado adequados ao trabalho, colete à prova de bala com CA, e uniforme completo (calça blusa chapéu entre outros).

1. Em caso de exposição ao ruído: uso de protetor auricular;
2. Em caso de exposição a umidade – intempéries: uso de capas e botas de PVC;
3. Controle de entrega de EPI e outros equipamentos de proteção necessários às atividades – obrigatório;
4. Treinamento para uso dos Equipamentos de Proteção individual e todos os equipamentos necessários às realizações das atividades;

7 – CONCLUSÃO / JUSTIFICATIVA DO LAUDO TÉCNICO PERICIAL

CONCLUSÃO E JUSTIFICATIVA:

–Conclui-se que as atividades realizadas pelos Trabalhadores, são **PERICULOSAS** em 30% sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros ou participações nos lucros da empresa, devido a exposição a condições de roubos e segurança pessoal e patrimônio, conforme NR 16 da Portaria 3214/78, do MTE.

OBSERVAÇÃO: Cabe verificações quanto às concessões previstas em CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DA CATEGORIA EM QUESTÃO, não previstas nas normas reguladoras da Segurança do Trabalho;

RECOMENDAÇÕES COMPLEMENTARES:

– O presente Laudo encontra-se em conformidade com as Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3214/78, e demais legislações pertinentes ao assunto.

– A empresa deverá apresentar o **LTCAT** (Informando se a atividade é especial ou não, conforme leis previdenciárias) e também o **Laudo Técnico de periculosidade**; Deverá fornecer os EPis (equipamentos de proteção individual), apresentar todos os programas e documentos referente à segurança do trabalho, conforme obrigações trabalhistas atendendo as normas regulamentadoras da Portaria 3214/78, do MTE, com seus devidos cursos e treinamentos necessários para o desenvolvimento da função com vistas a prevenção de acidentes de trabalho.

8 – RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EMISSÃO DO LAUDO PERICIAL

Data da Avaliação técnica: 24 de março de 2025.

ROOSEVELT DUARTE JUNIOR
Engenheiro de Segurança do Trabalho
SIAPE 1336480